



*BOLETIM
ECONÔMICO*
NUPE - UNIFOR

Vol. 2, N. 2, junho/2021



**Universidade
de Fortaleza**



BOLETIM ECONÔMICO **NUPE - UNIFOR**

Vol. 2, N. 2, junho/2021

Reitoria

Reitora Fátima Maria Fernandes Veras

Vice-reitoria de Graduação

Henrique Luis do Carmo e Sá

Prof. Danielle Coimbra

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e
Gestão - CCG UNIFOR

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Allisson Martins

Coordenador Curso de Economia UNIFOR / Núcleo de
Pesquisas Econômicas - UNIFOR

Prof. Francisco Alberto Oliveira

Curso de Economia UNIFOR / Coordenador do Núcleo
de Pesquisas Econômicas – UNIFOR

Prof. Maurício Rodrigues

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Nicolino Trompieri

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Ricardo Eleutério

Curso de Economia UNIFOR / Professor

EDIÇÃO

Prof. Wagner Borges


Curso de Jornalismo UNIFOR

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Aldeci Tomaz

Curso de Jornalismo UNIFOR

APRESENTAÇÃO



A Universidade de Fortaleza – Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País

Essa 14ª edição inicia com um artigo de autoria da Professora do Centro Universitário Estácio do Ceará, Mestra em Economia Rural pela UFC e Conselheira efetiva do Corecon-CE, **Desirée Custódio Mota**, intitulado: **“OS IMPACTOS DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NA ECONOMIA CEARENSE. VALE A PENA EMPREENDER?”**. Na sequência desta edição, o destaque fica por conta das **previsões para o PIB do Brasil e Ceará para os anos de 2021 e 2022 elaborada, com exclusividade, pelo NUPE**, que aponta para um crescimento da economia cearense relativamente superior ao crescimento da economia brasileira, nos três cenários estudados: pessimista; provável e otimista. Nas demais seções, o boletim traça um panorama da economia mundial; avalia o resultado do 1o. trimestre de 2021 do PIB do Brasil e Ceará; analisa as previsões para 2021 e 2022 dos indicadores de conjuntura econômica, taxa de câmbio, taxa de juros SELIC e IPCA (inflação) e taxa de desemprego; e finaliza discorrendo sobre o resultado acumulado até junho de 2021 do **Índice de Ações Cearenses (IAC) do NUPE/Unifor**, que mede o comportamento das ações das empresas cearenses registradas em bolsas de valores.

Boa Leitura!

OPINIÃO:

OS IMPACTOS DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NA ECONOMIA CEARENSE. VALE A PENA EMPREENDER?

Desirée Custódio Mota^{1*}

Para falar de pequenos negócios é importante deixarmos claro como são classificadas as categorias. Existe o Microempreendedor Individual (MEI) onde prevê uma receita bruta anual de até R\$81 mil, a Microempresa (ME), receita bruta anual de R\$ 81 mil a R\$ 360 mil e a Empresa de Pequeno Porte (EPP), receita bruta anual de R\$ 360 mil a R\$4,8 milhões.

Segundo fonte do DataSebrae, os pequenos negócios são importantes para o Brasil, pois representam 54% do total de empregos e 99% do total de empresas. Os pequenos negócios do estado do Ceará representam 37% do total de empregos e 98,7% do total de empresas. Do total de aproximadamente 560 mil, 55% são MEI, 36% ME, 31% EPP e 6% demais.

Segundo fonte do CAGED, de janeiro a abril de 2021, 93% dos empregos formais gerados no Ceará são oriundos dos pequenos negócios. O setor de serviços foi o maior gerador com 45% das ocupações seguido da indústria com 25%.

Analisando o perfil do MEI, 51% do total são mulheres e elas sentem uma necessidade de aprender controles financeiros, orientações para o crédito, marketing, melhoria dos produtos e serviços, uso das redes sociais e atendimento ao cliente.

As principais causas da mortalidade dos pequenos negócios são planejamento, capacitação e gestão. Quando se fala de planejamento, estamos nos referindo a falta de planejamento, a ausência de negociação dos prazos com o fornecedor e a não obtenção de empréstimos em bancos. Com relação a capacitação, há uma ausência de cursos sobre gestão de negócios e investimentos em capacitação de pessoal. E por falar em relação à gestão o empreendedor não aperfeiçoa produtos/serviços, não se atualiza, não acompanha receitas e despesas com um fluxo de caixa e os produtos não acompanham as demandas de mercado, sem inovação.

E a palavra inovação nos pequenos negócios é crucial para o sucesso e sobrevivência. E perguntamos então por que é difícil inovar? Eu diria que para inovar o empreendedor terá que saber que tipo de inovação é mais comum para os pequenos negócios, que tipo de inovação organizacional é mais comum, o que impede uma empresa de inovar, o que estimula a empresa a inovar e será se inovar afeta a participação das empresas.

Há uma recomendação de que deverão entrar na área da sustentabilidade. E os empreendedores têm que saber por que estarão se associando a sustentabilidade, se serão por questões ambientais, sociais ou econômicas. Outro ponto importante é deixar claro para os pequenos negócios que as ações sustentáveis impulsionam as vendas. Além de transmitir uma boa imagem em relação à sustentabilidade.

Outro fator favorável no Ceará é o custo da abertura de empresas. Tem um custo de 1,4% da renda per capita.

Os empreendedores são motivados a iniciar um negócio em função de alguns fatores como, em minha opinião, para ganhar a vida, porque os empregos são escassos; para fazer a diferença no mundo; para construir uma grande riqueza; ou para continuar uma tradição familiar.

Diante de todo esse panorama favorável, há uma necessidade de: criar um ambiente onde os empreendedores possam prosperar e o empreendedorismo seja recompensado; tornar as adminis-

¹ * Mestra em Economia Rural pela UFC, Professora do Centro Universitário Estácio do Ceará e Conselheira efetiva do Corecon-CE.

trações públicas receptivas as necessidades dos pequenos negócios; adaptar os instrumentos de política pública as necessidades dos pequenos, facilitando a participação dos MEI e EPP nos contas públicas e garantindo um melhor acesso aos auxílios estatais; promover a melhoria das competências na força de trabalho e de todas as formas de inovação; permitir transformar os desafios ambientais em oportunidades econômicas, agindo de forma sustentável; incentivar os pequenos negócios a se beneficiar do crescimento dos mercados globais e apoiá-los nesta busca.

Eu sugiro a criação de uma agência estadual para o desenvolvimento dos pequenos negócios, ajudando a aconselhá-las e protegendo os interesses das pequenas empresas, tornando-as competitivas e assim fortalecendo a economia local. Essa agência prestaria seu apoio e assistência através de quatro áreas: Acesso ao capital (financiamento); Desenvolvimento de negócios (educação, informação, assistência técnica e treinamento); Contratação governamental (aquisições estaduais); e Suporte (analisar a legislação, os impactos da carga tributária e uma ampla pesquisa sobre as pequenas empresas no estado e seu ambiente econômico).

Diante de tudo isso, vale a pena empreender no nosso estado do Ceará.

CENÁRIO MUNDIAL

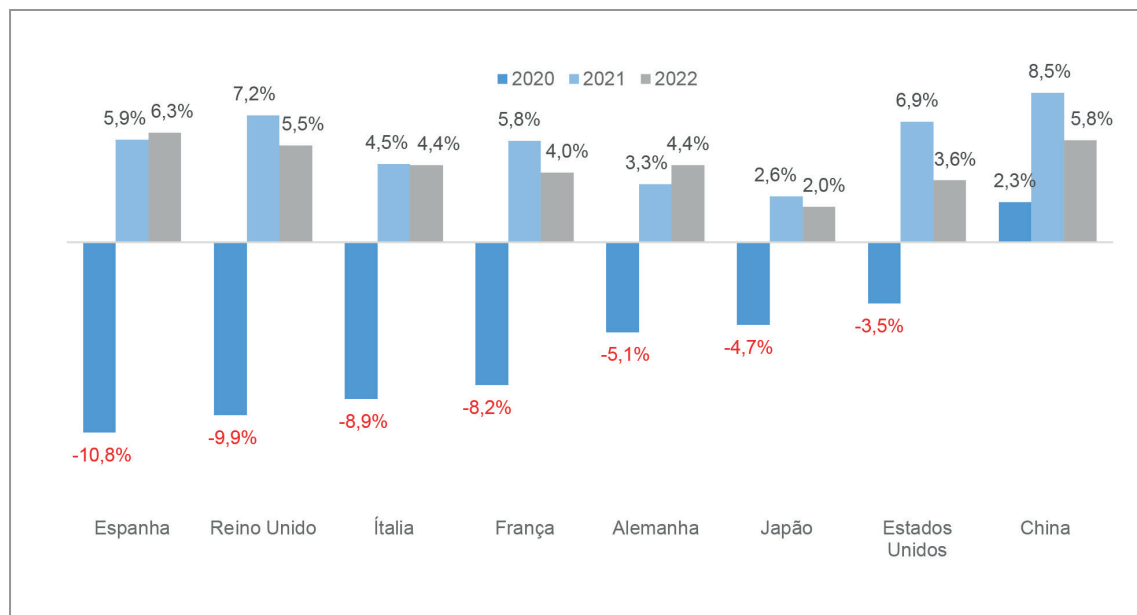
Após uma queda de 3,5% na economia mundial em 2020, em seu último relatório econômico publicado em maio de 2021, a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê um crescimento do PIB mundial de 5,8% em 2021 e 4,2% em 2022.

Nas economias avançadas, o processo de vacinação acelerado aliado ao estímulo fiscal ajudaram a impulsionar a demanda e reduzir a ociosidade contribuindo para o crescimento da economia nos últimos meses de 2020 e início de 2021. Embora apresentando forte contração em 2020, como mostra o gráfico a seguir, a OCDE estima um crescimento substancial para maioria das economias avançadas em 2021, como: Japão (+ 2,6%), Alemanha (+ 3,3%), Itália (+ 4,5%), França (+ 5,8%), Espanha (+ 5,9%), Estados Unidos (+ 6,9%), Reino Unido (+ 7,2%) e a economia chinesa despontando com crescimento de (+ 8,5%). Para 2022 a OCDE aponta uma contínua tendência de crescimento econômico embora a taxa menor que em 2021, resultado da redução esperada do apoio fiscal como consequência do desequilíbrio das contas públicas provocado pelos gastos desses governos na busca de amenizar os efeitos da pandemia.

Embora a China tenha crescido 2,3 % em 2020 e com expectativas de altas taxas de crescimento em 2021 e 2022, respectivamente, 8,5% e 5,8%, as previsões para recuperação econômica da maior parte dos países emergentes não são tão promissoras. A implementação lenta da vacinação, novos surtos de infecção e medidas de contenção das atividades econômicas associadas e a incapacidade fiscal dos governos em apoiar são vetores de contenção do crescimento econômico.

Vale salientar, a incerteza quanto a evolução do vírus. Não se pode desprezar a possibilidade de novas variantes do vírus mais contagiosas e letais, que exigiria o retorno de medidas de contenção com impactos negativos na economia. Por outro lado, a aceleração do processo de vacinação mais rápida do que o previsto fortaleceria a recuperação de todas as economias.

Gráfico 1 – Crescimento anual (%) do Produto Interno Bruto (PIB) – Países selecionados – 2020 a 2022.



Fonte: OECD - Economic Outlook/Nº 109. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

CENÁRIO NACIONAL

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o primeiro trimestre de 2021, é marcado por uma alta de (1,2%) do Produto Interno Bruto, um crescimento de (0,2%) em relação ao primeiro trimestre de 2020. Já nos setores da economia, tiveram seus valores nesse trimestre respectivamente: agropecuária (5,7%) sendo esse o setor que mais cresceu, onde também teve um aumento em relação ao mesmo período de 2020 de (5,2%) seguido da indústria que cresceu (0,7%), demonstrando uma queda em relação ao mesmo período de 2020 que foi de (3,0%) e nos serviços uma alta (0,4%), e alta também em relação ao mesmo período de 2020 que foi de (-0,8%), com o produto a valores correntes que chegam a 2,5 trilhões de Reais.

O consumo das famílias teve uma redução (-0,1%), mas um aumento em relação ao mesmo período de 2020 que foi de (-1,7%). A velocidade na queda do consumo das famílias foi devido ao aumento nos níveis de preço e a redução no valor das políticas de transferência de renda que são usados para custear as atividades básicas da população. O consumo das famílias alcançou no primeiro trimestre o valor de 1,23 trilhão de Reais.

A Formação Bruta de Capital Fixo teve um aumento no quarto trimestre de (4,6%), mas uma queda bastante acentuada em relação a 2020 que foi de (17,0%), Consumo do Governo teve uma queda de (-0,8%), mas com o valor maior que no mesmo período de 2020 (-4,9%) já as exportações tiveram uma alta (3,7%), um crescimento em relação ao primeiro trimestre de 2020 (0,8%), as importações (11%) com um aumento em relação ao mesmo período de 2020 (7,7%). A Taxa de Investimento do trimestre em questão foi de 19,4%.

Quadro 1 - Produto Interno Bruto e Componentes da Demanda – Brasil – 1º Trimestre de 2021.

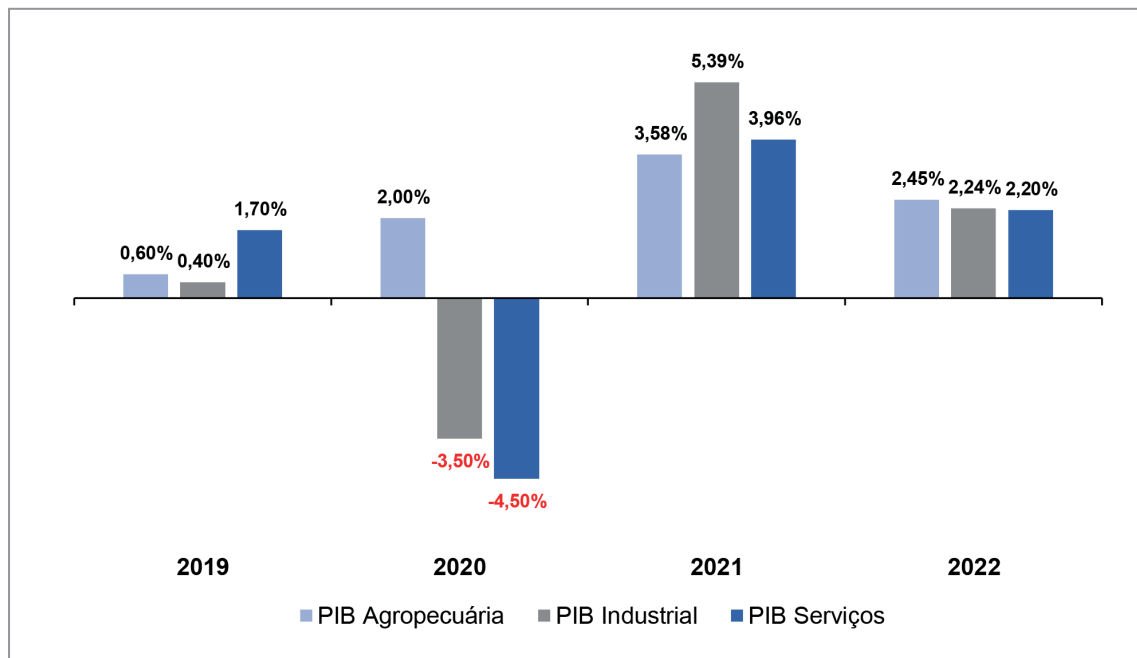
Período de Comparação	Indicadores								
	Ótica da Oferta			PIB	Ótica da Demanda				
	AGROP.	INDUS.	SERV.		FBCF	CONS. FAM.	CONS. GOV.	Export.	Import.
1º Trimestre de 2021/ 4º Trimestre de 2020 (%)	5,7%	0,7%	0,4%	1,2%	4,6%	-0,1%	-0,8%	3,7%	11,6%
1º Trimestre de 2021/ 1º Trimestre de 2021 (%)	5,2%	3,0%	-0,8%	1,0%	17,0%	-1,7%	-4,9%	0,8%	7,7%
Taxa acumulada ao longo do ano (em relação ao mesmo período do ano anterior)	5,2%	3,0%	-0,8%	1,0%	17,0%	-1,7%	-4,9%	0,8%	7,7%
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	2,3%	-2,7%	-4,5%	-3,8%	2,0%	-5,7%	-5,7%	-1,0%	-9,2%
Valores Correntes no 1º Trimestre de 2021 (R\$)	208,8 bilhões	348,6 bilhões	1,20 trilhão	2,05 trilhão	397,5 bilhões	1,23 trilhão	359,5 bilhões	360,5 bilhões	386,2 bilhões
Taxa de Investimento (FBCF/PIB) no 1º Trimestre de 2021 = 19,4%									
Taxa de Poupança (Poup/PIB) no 1º Trimestre de 2021 = 20,6%									

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE. Elaboração Nupe/Unifor.

O ano de 2020 foi marcada pela chegada da pandemia de covid-19 no mundo, onde praticamente as economias de todos os países foram afetadas, trazendo uma crise não apenas sanitária, mas também econômica, com poucos setores de algumas empresas conseguindo obter lucro. Devido ao *lockdown* para conter o número de casos de coronavírus muitas empresas faliram e muitas outras pessoas perderam o emprego. No Brasil apenas o setor agropecuário apresentou um crescimento de 2%, o setor industrial e de serviços tiveram queda de 3,5% e 4,5% respectivamente.

Em 2021 está ocorrendo uma retomada gradual da economia, principalmente por causa do avanço do número de vacinados, que já somam mais de 85 milhões de doses aplicadas. Para o corrente ano é esperado um crescimento de 3,58% para o setor agropecuário, 3,96%, para o setor de serviços e um destaque para o setor industrial, com previsão de 5,39%. Para o ano de 2022 é esperado um crescimento de 2,45% para o setor agropecuário, 2,24% para a indústria e 2,20% para o setor de serviços.

Gráfico 2 - Variação (%) do PIB Real (Setorial) – 2019 a 2022.

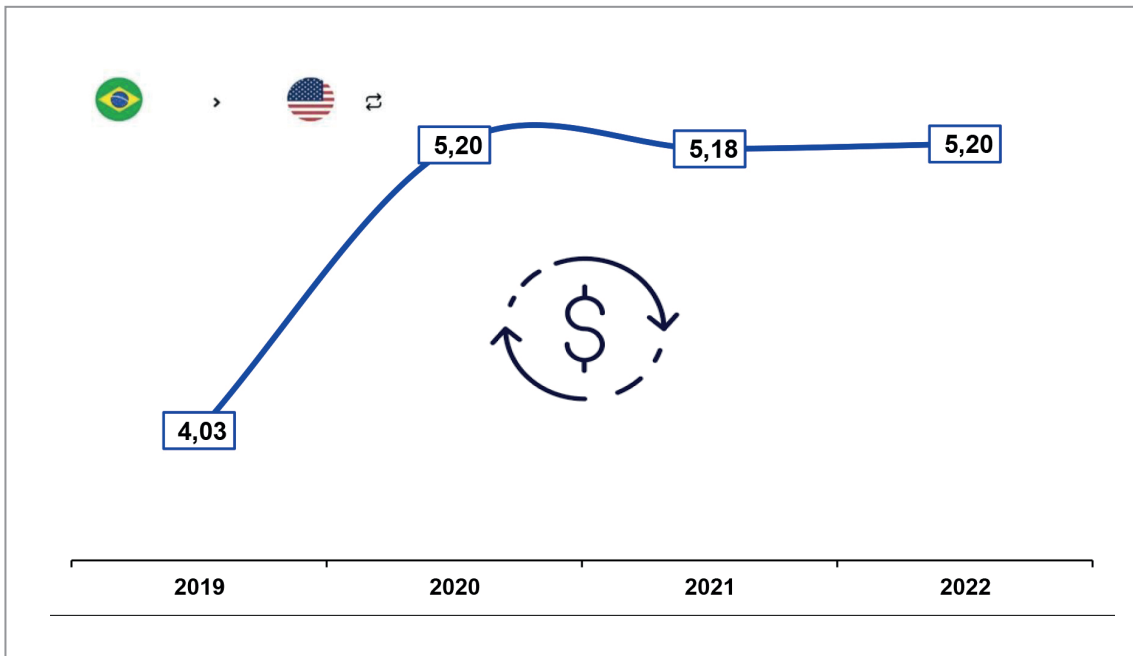


Fonte: IBGE e Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Em relação ao comportamento da taxa de câmbio (Gráfico 3), o ano de 2020 foi marcado por uma forte desvalorização do real frente ao dólar, passando de R\$ 4,03, ao final do ano de 2019, para R\$ 5,20 no encerramento do ano de 2020. Este comportamento foi decorrente da instabilidade macroeconômica mundial causada pela pandemia da Covid-19 que afetou principalmente as moedas dos países em desenvolvimento.

Na esteira das incertezas provocadas, dentre outros fatores, por uma segunda onda do número de infecções e óbitos, no primeiro trimestre de 2021, a taxa de câmbio sofreu uma nova pressão, tendo atingido um pico de R\$ 5,84 em março, quando voltou a declinar, influenciada pela combinação de aumento nas exportações e início do ciclo de elevação das taxas de juros internas. Ainda assim, mesmo com o avanço do processo de vacinação, que vem favorecendo um aumento do PIB nacional, bem como um crescimento das exportações brasileiras, puxado pelo aquecimento da demanda mundial, espera-se que a taxa de câmbio encerre o ano de 2021 acima de R\$ 5,00, atingindo R\$ 5,18, e que deve permanecer próximo deste patamar ao final do ano de 2022, quando o mercado projeta um dólar equivalente a R\$ 5,20 conforme o boletim Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Gráfico 3 - Taxa de Câmbio (fim de período) – 2019 a 2022.

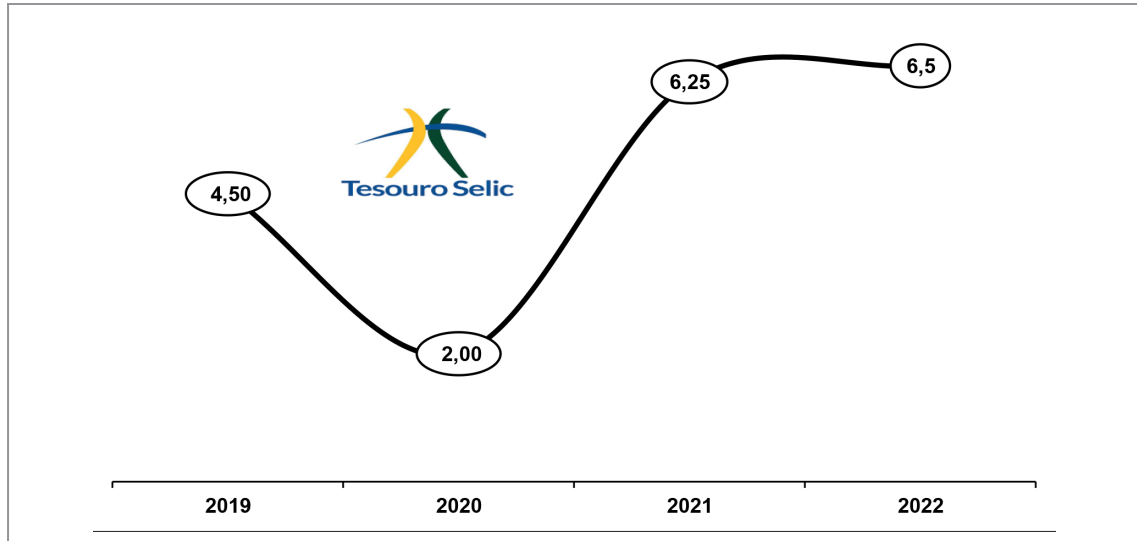


Fonte: Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Na análise da taxa de juros básica do país, a SELIC (Gráfico 4), verificou-se uma considerável queda no período 2019-2020, atingindo a mínima histórica de 2,00% e mantendo-se nesse patamar entre setembro/2020 e março/2021. O aprofundamento do corte da SELIC ocorreu devido aos impactos da pandemia no cenário econômico, que reduziram o consumo das famílias, a produção industrial, os investimentos do setor privado e conseqüentemente o crescimento econômico. Devido a esse contexto, coube ao BACEN adotar políticas monetárias expansionistas.

No entanto, em sua reunião de 17/03/2021, o COPOM decidiu pelo aumento de 0,75 ponto percentual da taxa básica de juros, revertendo uma tendência de baixa verificada nos últimos seis anos e sinalizando para um ciclo de altas. Essa decisão do Copom foi tomada de forma unânime, tendo o Banco Central alegado que este aumento possui o efeito positivo de evitar que a inflação, medida pelo IPCA, ultrapasse o teto da meta neste ano. Nas duas reuniões seguintes (maio e junho), o Comitê manteve o padrão de aumentos, situando a taxa atualmente em 4,25% a.a., e sinalizando que, a não ser que ocorra uma drástica mudança de cenário, uma nova alta de 0,75% deverá ser aplicada na próxima reunião. Dessa forma, os agentes do mercado projetam, segundo o último Boletim Focus, uma SELIC em torno de 6,25% ao final de 2021. Para 2022, a estimativa é de que a SELIC fique entre 6,0% e 6,5% ao ano, ainda como um reflexo da dificuldade de se combinar o fomento à recuperação econômica e o cumprimento das metas inflacionárias.

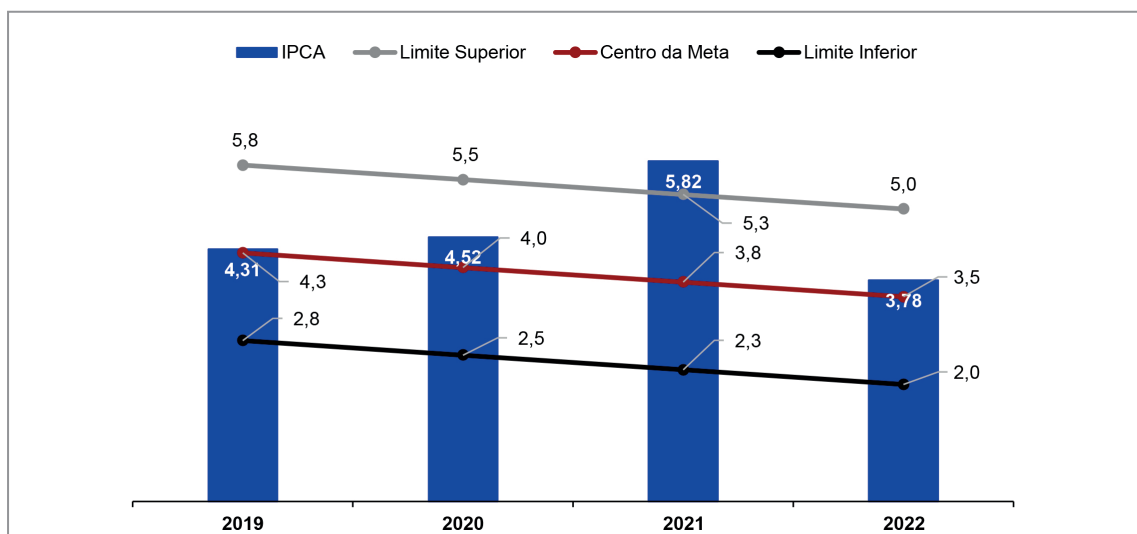
Gráfico 4 - Taxa Selic – Meta – Fim de Período (% a.a.) – 2019 a 2022.



Fonte: Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

No gráfico 5, pode-se observar o Índice de inflação (IPCA) e Metas inflacionárias, onde projeta-se um IPCA de 5,85% para o ano de 2021, resultado superior aos anos de 2019 (4,31%) e 2020 (4,52%). O forte crescimento do índice já registrado no ano de 2021 é reflexo de alguns fatores como a retomada de crescimento após a redução da segunda onda da Covid-19, o qual acarretou um aumento da demanda por produtos essenciais; aumento dos preços de produtos importados, em decorrência da alta da taxa de câmbio; aumento do preço internacional do petróleo; e, por fim, pelo aumento recente da energia elétrica, em decorrência dos baixos níveis dos reservatórios das hidrelétricas. A diminuição do índice IPCA para 3,78%, prevista em 2022, deve-se à expectativa da normalização do mercado e aumento da taxa básica de juros. Com o avanço das vacinações, espera-se um retorno dos setores que ainda hoje encontram-se parados ou com a produção reduzida, principalmente nas atividades ligadas ao setor de serviços, trazendo de volta a oferta de serviços e o aumento de empregos, aos níveis do período pré-pandemia.

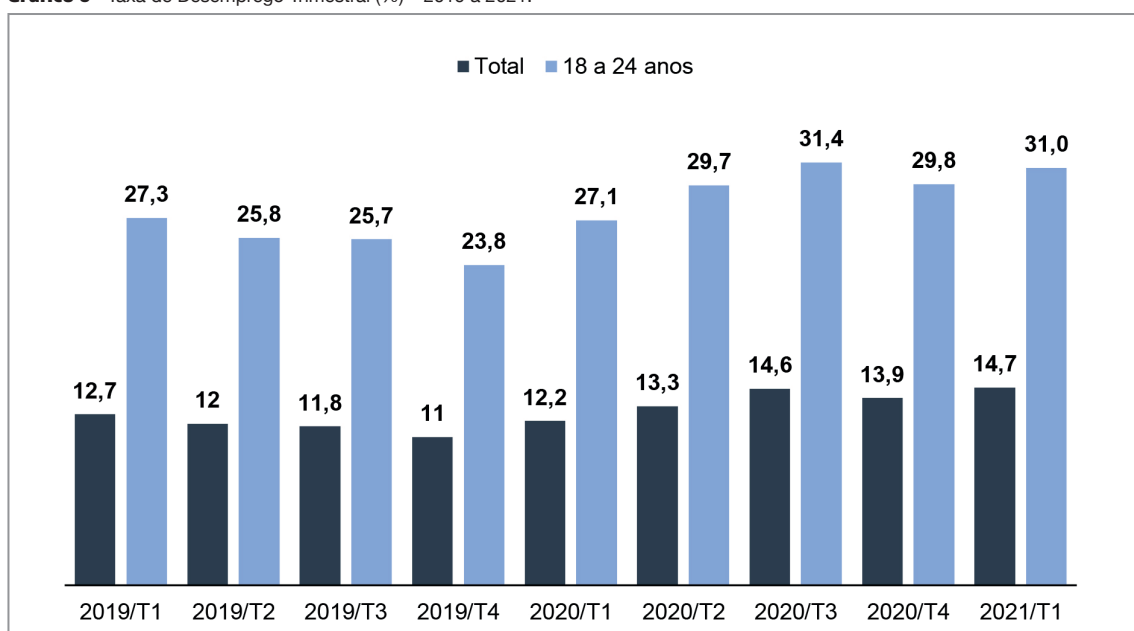
Gráfico 5 - Inflação (IPCA) e Metas Inflacionárias – 2019 a 2022.



Fonte: IBGE e Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

No intervalo entre o primeiro trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2021, os resultados dos dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelam um aumento da taxa de desemprego de 2 pontos percentuais (p.p.), saltando de 12,7%, no primeiro trimestre de 2019 para 14,7% em igual período de 2021. Conforme o Gráfico 6, a taxa de desemprego do primeiro trimestre de 2021 é a mais elevada seguida pela taxa do terceiro trimestre de 2020 (14,6%) e pelo quarto trimestre do mesmo ano (13,9%), mostrando um aumento do desemprego após leve queda em comparação ao terceiro trimestre do mesmo ano. O aumento do desemprego deve-se à combinação dos efeitos da pandemia da COVID-19, das dificuldades em combatê-la e das incertezas políticas, econômicas e sanitárias. Entre os jovens de 18 a 24 anos, a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2021 também aumentou em comparação ao quarto trimestre de 2020 (29,8%), alcançando 31%, um crescimento de 1,2 p.p., todavia inferior ao nível mais elevado de 31,4% alcançado no terceiro trimestre de 2020. O desemprego, que via de regra é mais elevado entre os jovens, saltou para patamares ainda mais elevados atingindo fortemente esta parcela da força de trabalho.

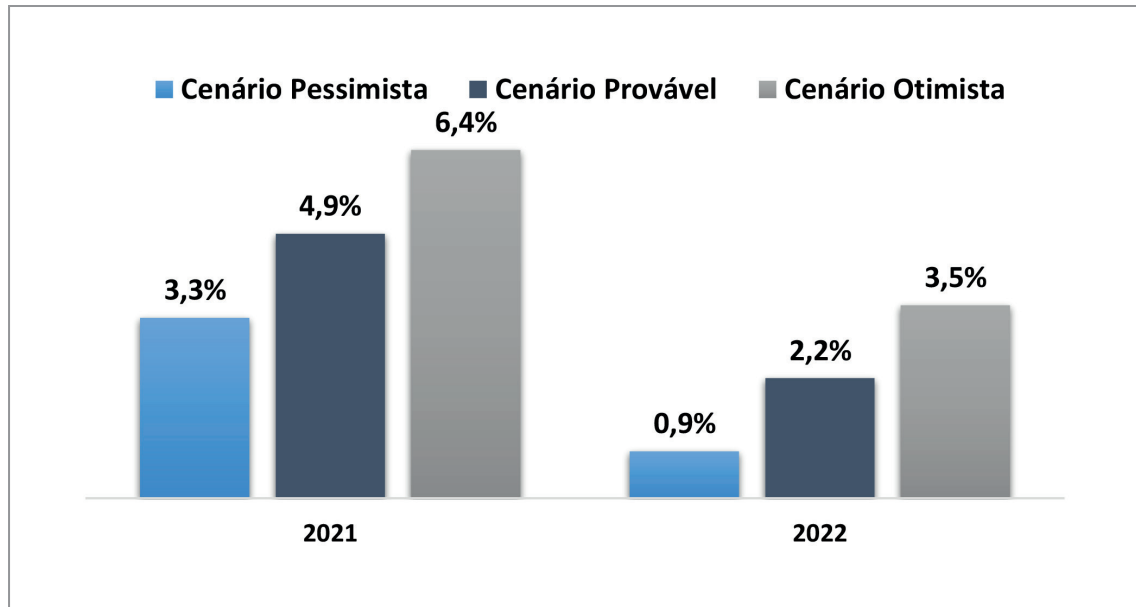
Gráfico 6 - Taxa de Desemprego Trimestral (%) – 2019 a 2021.



Fonte: IBGE-PNAD. Elaboração: Nupe/Unifor.

Dado o comportamento conjuntural da economia brasileira recente, bem como as previsões de agregados macroeconômicos apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB brasileiro, para os anos de 2021 e 2022, em três possíveis cenários (Gráfico 7). Após a retração verificada no ano de 2020 (-4,1%), a economia do Brasil, para o cenário provável, registrará crescimentos de 4,9% e 2,2%, respectivamente para os anos de 2021 e 2022, explicado pela o aumento do processo de vacinação que ocorrerá com mais intensidade durante o segundo semestre do ano de 2021, convergindo para uma situação de imunidade coletiva em 2022, o que permitirá um maior funcionamento das atividades econômicas que tiveram restrições mais fortes durante o ano de 2020 e início de 2021. Além do processo de vacinação, o crescimento econômico também será fruto da agenda de reformas, em especial e mais urgente a reforma tributária, bem como do crescimento das exportações, explicado pelo aumento da demanda externa por *commodities*, além de um câmbio favorável. No cenário pessimista espera-se um crescimento de 3,3% e 0,9%, respectivamente para 2021 e 2022, enquanto para o cenário otimista espera-se um aumento de 6,4% e 3,5%, respectivamente para 2021 e 2022.

Gráfico 7 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) – Brasil – 2021 e 2022.



Fonte: Relatório Focus – Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

CENÁRIO LOCAL

De acordo com a Tabela 1 verifica-se que os efeitos negativos causados pela pandemia na economia do Ceará foram verificados a partir do segundo trimestre de 2020, onde registrou-se uma queda mais intensa (-13,74%). Os trimestres seguintes também foram de retrações, porém em intensidades de quedas bem menores, -0,78% para o terceiro trimestre e -0,17% para o quarto trimestre, decorrentes do processo gradual de reabertura das atividades econômicas a partir da redução das taxas de contaminações e óbitos.

Com a chegada da segunda onda da Covid-19 no mês de março de 2021, ainda assim o PIB cearense fechou o primeiro trimestre de 2021 registrando um crescimento de 1,14%, dado que desta vez as restrições sanitárias foram menores do que as verificadas na primeira onda em 2020, onde desta vez todo o setor da indústria passou a operar sem restrições. Mesmo com a retomada de crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2021, o acumulado nos últimos quatro trimestres ainda registra uma forte retração de -3,68%, levando ainda alguns trimestres para que a economia cearense retorne aos níveis de produção pré-pandemia.

Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Ceará - 1º Trim. 2020 a 1º Trim. 2021(*).

Setores e Atividades	1º Trim. 2020 (**)	2º Trim. 2020 (**)	3º Trim. 2020 (**)	4º Trim. 2020 (**)	1º Trim. 2021 (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
Agropecuária	6,88	22,95	9,39	1,58	1,8	9,68
Indústria	-1,14	-29,93	-1,13	1,6	7,17	-5,27
Extrativa Mineral	-9,77	-85,83	-87,62	-86,76	-84,37	-86,26
Transformação	-2,52	-38,2	4,75	5,61	5,63	-5,13
Construção Civil	4,56	-18,13	10,88	4,38	7,82	1,29
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	-4,83	-18,77	-23,4	-3,82	21,32	-7,02

Serviços	0,11	-12,62	-1,42	-0,57	-0,51	-4,21
Comércio	-1,32	-23,82	6,72	4,05	1,23	-4,68
Alojamento e Alimentação	1,05	-13,01	-16,06	-11,05	-9,23	-12,33
Transportes	0,57	-18,92	-7,35	-2,35	0,57	-6,89
Intermediação Financeira	0,21	-13,86	-0,65	-0,03	1,43	-3,57
Administração Pública	0,24	-4,81	-4,04	-2,1	-1,82	-3,1
Outros Serviços	3,29	-2,59	-3,98	-2,95	-3,27	-3,2
Valor Adicionado (VA)	0,2	-13,76	-0,7	-0,07	1,28	-3,62
PIB	0,18	-13,74	-0,78	-0,17	1,14	-3,68

Fonte: IPECE e IBGE.

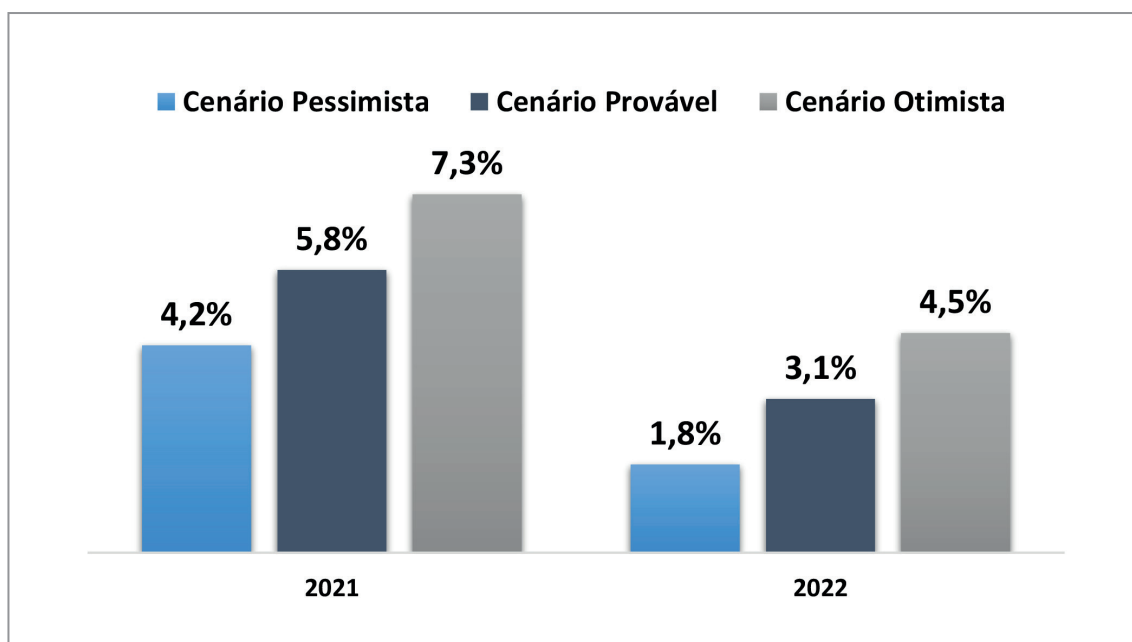
(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior.

(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

De acordo com o comportamento do PIB do Ceará e de sua relação com o PIB do Brasil, bem como as análises conjunturais e os cenários apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB cearense para os anos de 2021 e 2022, em três possíveis cenários (Gráfico 8). Após a retração verificada no ano de 2020 (-3,56%), a economia cearense, para o cenário provável, registrará crescimentos de 5,8% e 3,1%, respectivamente para os anos de 2021 e 2022, explicado em grande parte pelo aumento do processo de vacinação, bem como pelo equilíbrio fiscal das contas públicas do Estado, no qual vem permitindo o Governo de Ceará apresentar um alto nível de investimento público em relação à sua receita corrente líquida, o que favorecerá uma grande quantidade de atividades econômicas cearenses ligadas a cadeia de produção da construção civil, aumentando a produção e conseqüentemente a massa salarial e a arrecadação de tributos. No cenário pessimista espera-se um crescimento de 4,2% e 1,8%, respectivamente para 2021 e 2022, enquanto para o cenário otimista, espera-se um aumento de 7,3% em 2021, e um crescimento de 4,5% em 2022.

Gráfico 8 - Cenários Para a Variação do PIB Real – Ceará – 2021 e 2022.

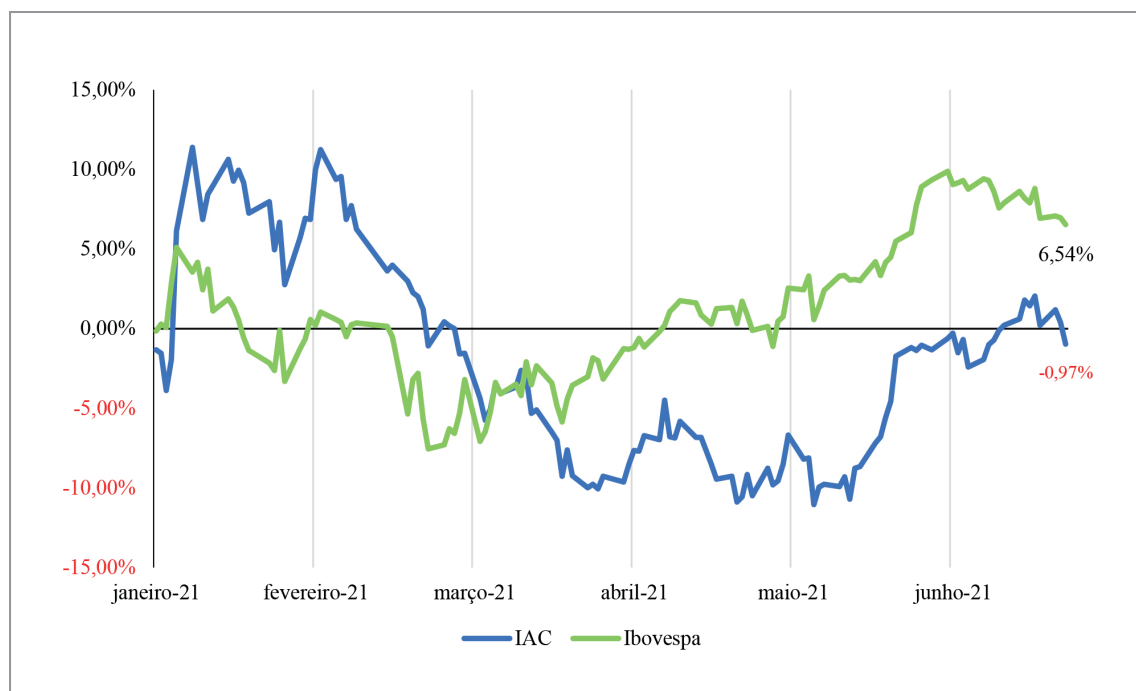


Fonte: IPECE e NUPE. Elaboração: Nupe/Unifor.

ÍNDICE DE AÇÕES CEARENSES (IAC)

Conforme o Gráfico 9, o Índice de Ações Cearenses (IAC), que mede o comportamento das ações das empresas cearenses registradas em bolsas de valores, acumula uma variação negativa de -0,97% no primeiro semestre de 2021, enquanto o Ibovespa acumula rentabilidade positiva de 6,54%. No início do ano, nos dois primeiros meses, na maior parte do tempo o IAC apresentou resultados acumulados positivos passando a declinar nos meses subsequentes e apresentando uma reação no quinto e sexto mês do semestre. O mês de maio foi marcado por uma leve retomada na economia do Ceará e um bom retorno do IAC. No mês de junho com a abertura quase completa da economia o IAC registrou elevação de 0,21% e o Ibovespa valorizou 0,46%. Vale salientar que no primeiro semestre de 2021 o Banco Central do Brasil iniciou um novo ciclo de alta da taxa básica de juros, a Selic.

Gráfico 9 - Retorno diário acumulado no ano do IAC e do Ibovespa – janeiro a junho de 2021.



Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Nupe/Unifor.

O Índice de Ações Cearenses (IAC), no mês de junho e no acumulado dos últimos 12 meses registrou valorização de 0,21% e 3,28%, respectivamente. Todavia, no acumulado do ano apresenta desvalorização de quase um ponto percentual. A alta do mês de junho acompanhou a alta do Ibovespa de 0,46%, porém a relação não se estende ao retorno acumulado do ano de 6,54% e nem à magnitude do retorno acumulado dos últimos 12 meses do Ibovespa que foi de 33,40%.

Ao analisar as ações e sua contribuição para a formação do Índice, verifica-se que a queda da ARCE, no ano de -16,96% e nos últimos 12 meses de -35,59%, foi de suma relevância para os resultados apresentados pelo IAC no acumulado do ano e nos últimos 12 meses. A HAPV3, respondendo por 47,29% da composição do Índice contribuiu sobremaneira para a estabilidade do IAC no acumulado dos últimos 12 meses. Dentre as mais elevadas variações, a COCE3, 74%, e a AERI3, 49,17%, se destacam no acumulado dos últimos 12 meses. No retorno acumulado do ano, o destaque positivo é da PGMN3, 24,72%. No mês de junho o destaque positivo é novamente a COCE3, 33,80%, seguido por MDIA3, 11,37%. No destaque negativo do mês, a PGMN3 apresentou desvalorização de 5,17%.

Tabela 2 - Retornos do Ibovespa e das empresas contidas no IAC – junho de 2021.

Tickers	Retorno mensal (%)	Retorno acumulada no ano (%)	Retorno acumulado dos últimos 12 meses (%)	Participação mensal (%)
Ibovespa	0,46% ▲	6,54% ▲	33,40% ▲	-
IAC	0,21% ▲	-0,97% ▼	3,28% ▲	100,00%
COCE3	33,80% ▲	19,83% ▲	74,00% ▲	3,25%
MDIA3	11,37% ▲	-4,23% ▼	-19,67% ▼	5,92%
COCE5	7,11% ▲	1,67% ▲	7,04% ▲	2,85%
AERI3	4,42% ▲	-0,80% ▼	49,17% ▲	5,00%
ARCE	0,95% ▲	-16,96% ▼	-35,59% ▼	21,06%
GRND3	-1,18% ▼	19,69% ▲	36,83% ▲	6,58%
HAPV3	-3,69% ▼	0,98% ▲	23,93% ▲	47,29%
BNBR3	-3,72% ▼	-11,84% ▼	-17,32% ▼	3,48%
PGMN3	-5,14% ▼	24,72% ▲	22,28% ▲	4,56%

Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Nupe/UNIFOR.

 * Data de referência: **30 de junho de 2021**.

** Retornos ajustados a dividendos e desdobramentos.

Autores:

Alysson Inácio de Oliveira
Catherine dos Santos Rodrigues
Cícero Hércles Lima Moreira
Dario Lourenço Marques
Gustavo Luna de Melo Jorge
Igor Rufino Campelo
José Arthur Neves S. Bezerra de Menezes
Lucas Almeida de Paula Cavalcante
Mário Paz Barreto Neto

